

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NA PRÁTICA: A DINÂMICA DE PLANEJAMENTO E CONSTITUIÇÃO ATRELADA AO ENSINO EM BIBLIOTECONOMIA

INDEXING POLICY IN PRACTICE: THE DYNAMICS OF ITS PLANNING AND CONSTITUTION LINK WITH TEACHING IN LIBRARY SCIENCE

Laís Pereira de Oliveira

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Sara da Cruz Vieira

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Daniel Martínez-Ávila

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Universidade Carlos III de Madrid (UC3M)

RESUMO

Aborda a política de indexação no contexto do ensino em Biblioteconomia. Objetiva correlacionar a dinâmica de planejamento e constituição da política, voltada a uma biblioteca escolar, à formação biblioteconômica em Indexação e Resumos. Constitui pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, com aplicação do método do estudo de caso, posto que se volta à realidade em um lócus específico, qual seja o cenário acadêmico de formação no curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, tecendo interpretações detidas a esse universo. A investigação foi executada a partir de pesquisa documental comparativa, sustentada no roteiro de atividades que orientou o trabalho prático e na política de indexação construída durante a disciplina. Os resultados demonstram uma conexão importante entre essas vias no caso estudado, na medida em que o arsenal teórico relativo aos elementos da política foi trabalhado e colocado em prática. Conclui-se, com a construção dessa política, que é valoroso sempre considerar as características da unidade de informação para elaborar uma política de indexação que seja condizente com a sua realidade, se adaptando da melhor forma às necessidades dos usuários que utilizarão os produtos frutos da indexação de assunto. Além de se compreender o quanto é relevante utilizar as práticas presentes na indexação para a organização das informações.

Palavras-Chave: Política de indexação escolar; Ensino em Biblioteconomia; Indexação de assunto; Comunidade escolar.

ABSTRACT

This paper studies indexing policies for the context of teaching in Library Science. It aims to bridge the dynamics of planning and constitution of this policy, in the context of school libraries, to the teaching of Indexing and Abstracts in Library Science. It is a descriptive study that follows a qualitative approach to the methodology and a case study, as it focuses on the reality of the academic scenario of the undergraduate program in Library Science of the Universidade Federal de Goiás, weaving interpretations from this case. The study was based on a comparative documentary research, based on the guides of the practical activities and the indexing policy created the course. The results show an important connection between these two aspects in the case studied, as the theoretical background related to the elements in the policy was considered and put into practice. We conclude that with the development of this policy, it is always valuable to consider the characteristics of the information unit to create an indexing policy that is consistent with its reality, best adapting it to the needs of the products of the subject indexation, in addition to understand the relevance of these practices for the information organization.

Keywords: School indexing policy; Teaching in Library Science; Subject indexing; School community.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das unidades de informação, atividades de processamento técnico são cotidianamente desenvolvidas, com vistas à constituição de representações capazes de viabilizar a recuperação. Assim, a representação da informação é objeto de trabalho de profissionais como o bibliotecário, que precisa dominar os processos de análise e síntese para identificar e recuperar os documentos pelos seus atributos (LIMA; ALVARES, 2012).

É fundamental, juntamente com o processamento técnico, trabalhar o lado gerencial e decisório para que atividades de catalogação, classificação e indexação sejam devidamente orientadas e normatizadas. Especialmente em relação à última, que é eminentemente subjetiva por lidar com o assunto dos documentos, detendo-se à sua dimensão temática.

Na verdade, “o tratamento temático é uma área desafiadora, possuindo a constante preocupação de tornar possível o acesso ao assunto do documento” (SOUSA, 2013, p. 138). E a indexação, nessa via, incorpora os mesmos desafios no devir cotidiano de atribuição de termos concernentes ao conteúdo.

Aliás, “em um consenso empírico da atividade de análise documentária, sabe-se que indexadores enfrentam dificuldades no momento de extrair termos significativos e, também, representativos do tema do documento” (FUJITA, 1999, p. 101). A política de indexação é, então, um elemento fundamental de apoio à tomada de decisões em relação à indexação. Possibilita que tal processo seja desenvolvido com maior assertividade e discernimento, já que traz consigo as diretrizes relativas à sua condução.

Logo, a política de indexação agregará enormemente, possibilitando indicar o rumo das ações de análise documentária para uma adequada extração dos termos. Além do que ela influenciará diretamente no desempenho do sistema de recuperação da informação (LANCASTER, 2004).

Dessa forma, a política interessa ao indexador, mas também aos gestores do sistema de informação e aos usuários (FUJITA, 2012). Nesse sentido, a pesquisa em política de indexação torna-se crucial para melhor compreensão de suas dimensões. Sobretudo no âmbito do ensino em Biblioteconomia, pois esse é um tópico que integra o currículo dos cursos (NUNES, 2004).

Além disso, estudos precisam ser feitos sobre a vertente formativa na área de indexação como forma de melhor compreendê-la em toda a sua dinâmica, ensejando o desenvolvimento de novas metodologias, sistemáticas e ferramentas empregadas na formação de futuros bibliotecários. Ademais, é preciso pensar na necessidade de romper o estigma tecnicista por si só (SILVA; ALAUZO, 2019), presente na atuação profissional e na própria graduação que a precede. Há que se ressaltar, ainda: “a importância e a imprescindibilidade do compromisso na formação do/a profissional Bibliotecário/a [...] principalmente no que concerne ao ensino das práticas de representação temática dos recursos informacionais” (SANTOS; FELIPE, 2018, p. 27).

Nesse sentido, a presente pesquisa se orienta para a interlocução de temática extremamente importante, qual seja a política de indexação, na instância teórico-aplicada. Objetiva correlacionar a dinâmica de planejamento e constituição da política, voltada a uma biblioteca escolar, à formação biblioteconômica em Indexação e Resumos.

A pesquisa permite esclarecer a problemática de qual a intersecção entre o ensino e a prática de constituição de uma política de indexação escolar, no lócus investigado. Pressupõe-se que, na medida em que ambas as dimensões são aproximadas, abrem-se possibilidades para que o eixo formativo em indexação seja aperfeiçoado. Ao mesmo tempo, viabiliza-se uma ação aplicada do discente perante uma atividade avaliativa em Indexação e Resumos, que acima de tudo possa auxiliar em seu aprendizado.

Metodologicamente, constitui pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. O método de estudo de caso foi desenvolvido com amparo de pesquisa documental. O cerne foi sobre: roteiro de atividades que orientou o trabalho prático discente nas aulas de Indexação e Resumos da graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás; e, política de indexação voltada a biblioteca escolar, construída durante a disciplina.

2. INDEXAÇÃO

A indexação de assunto é uma atividade basilar nas unidades de informação. Constitui operação central do sistema informacional, situando-se no meio da cadeia documental (GUINCHAT; MENO, 1994). Sendo assim, a indexação “condiciona o valor de um sistema documentário” (CHAUMIER, 1988, p. 63).

Indexação é a “operação mais significativa da análise documental” (BARITÉ, 2015, p. 87, tradução nossa). Por meio dela, o assunto presente em um documento é evidenciado, possibilitando que se torne passível de busca e recuperação. De acordo com Souza e Hillesheim (2014, p. 82): “a indexação envolve a representação temática dos documentos, ou seja, extrair os conteúdos principais de um documento, traduzindo-os em descritores autorizados e possibilitando sua recuperação por assunto através de índices ou resumos”.

Desse modo, pode-se caracterizar a indexação como um processo do tratamento temático da informação. Neste podem ser utilizadas tanto a indexação quanto a catalogação de assuntos, a classificação e a elaboração de resumos (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009).

Também é possível caracterizar a indexação como um “processo no qual se escolhe o termo ou os termos mais adequados para descrever o conteúdo de um documento” (BAPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010, p. 70). Para tanto, há que se ter como foco o usuário e sua necessidade de informação.

A indexação é, como ressalta Oliveira (2017, p. 40), “atividade central nas unidades de informação, responsável por evidenciar os atributos temáticos dos documentos pela constituição de termos representativos de seus assuntos”. Ela é que fará o elo do sistema de informação com o usuário.

Aqui é possível ressaltar o papel determinante da indexação, evidenciada em várias das definições apresentadas. Uma vez que o indexador delimita o assunto de um item abre, então, a possibilidade de recuperação a partir dessa operação. Deve-se destacar ainda que a indexação “tem a função de complementar a organização da informação realizada pela classificação, pois, ao contrário da abordagem mais genérica da classificação, ela segue os princípios de especificidade e exaustividade” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 118).

Ao indexar, no misto de ler e passar os olhos pelo texto, o bibliotecário atribui termos que dizem do que trata o documento (LANCASTER, 2004). Afinal, a indexação visa justamente “fornecer, por meio de termos, representações de conteúdos de documentos que poderão ser recuperados pelo usuário no momento da busca” (BARACHO; CENDÓN, 2010, p. 106-107).

Guinchat e Menou (1994, p. 124) explicam que uma indexação “pode consistir de uma simples justaposição de descritores ou de uma formulação de frases nas quais

os descritores são interligados por uma gramática especial”. Ainda assim, demanda necessariamente uma etapa de análise conceitual e uma de tradução, para que o termo possa ser devidamente atribuído.

Também é importante se atentar para o quão subjetivo é a indexação por assunto. Nesse sentido, as bibliotecas precisam compreender que ela necessita de parâmetros que guiem os indexadores (RUBI, 2012).

2.1 Política de indexação

A política de indexação consiste em um guia para tomada de decisões (CARNEIRO, 1985). Pode-se caracterizá-la ainda como uma “diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso *política*) que a biblioteca faz” (NUNES, 2004, p. 55, grifo do autor).

Uma política de indexação é um misto de elementos, variáveis, instrumentos, métodos e técnicas concernentes à indexação no sistema de informação (FUJITA; SANTOS, 2016). Constitui um documento formalmente estabelecido que traça as diretrizes para o adequado tratamento temático via indexação, nas unidades de informação.

A política é a base para constituição do manual de indexação (FUJITA; SANTOS, 2016). Pode-se compreender o manual como um guia de uso de um dado sistema de organização do conhecimento, que traz instruções, procedimentos, critérios de aplicação e até mesmo exemplos (BARITÉ, 2015).

Assim, ao elaborar uma política de indexação estabelecem-se os meios para que o ato de indexar seja padronizado em torno de certos aspectos. O que é crucial, inclusive, para sua maior efetividade, já que “sem normas bem definidas, surgem possibilidades de opção e o subjectivismo do indexador pode intervir negativamente” (MENDES; SIMÕES, 2002, p. 11).

De acordo com Fujita (2012, p. 17), a política “decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação mas, principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática”. Nesse sentido, regulará também questões relativas ao sistema de recuperação da informação, não apenas da indexação em si.

Ao falar da política de indexação, Oliveira (2017, p. 42) esclarece que é preciso “constituir um documento formal, estruturado e alinhado com o contexto informacio-

nal, que seja capaz de regular e orientar o trabalho do indexador e a maneira segundo a qual a representação temática deve ser conduzida". A formalização é, então fundamental.

A política será, neste caso, "a norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões" (FUJITA, 2012, p. 17). Além disso, contribuirá para que leitor e documento interajam efetivamente (GUIMARÃES, 2000). Para Carneiro (1985, p. 221):

Uma política de indexação, como um guia para tomada de decisões, deve levar em conta os seguintes fatores: a) características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; b) identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação; c) recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações.

Determinar políticas de indexação para unidades de informação significa, desse modo, considerar diferentes contextos como a realidade em que o usuário está inserido e a instituição de forma geral. Para Tartarotti, Dal'Evedove e Fujita (2015) a política de indexação completa o serviço de organização do documento no sistema de recuperação da informação de qualquer biblioteca.

Com relação a seus elementos, Gil Leiva e Fujita (2012, p. 23) assim explicam:

A especificidade e a exaustividade, como medidas estabelecidas pelo sistema na política de indexação, dependem do nível de compreensão do indexador para a tarefa de indexação que implica o domínio de habilidades de leitura documentária, de domínio da linguagem de indexação e principalmente de domínio do contexto e da política de indexação pautada pelos objetivos do sistema de recuperação.

Quanto a esses primeiros elementos, tem-se que "o profissional pode ser exaustivo, no caso de delimitar muitos descritores, ou seletivo, se optar por menor quantidade de palavras" (OLIVEIRA; CUNHA; VIEIRA, 2018, p. 7). Enquanto que a especificidade diz respeito à profundidade do termo utilizado na indexação, podendo ser geral ou específico.

Indexação exaustiva ou seletiva, com maior ou menor especificidade, influirá diretamente em revocação ou precisão na busca. Sobre a precisão Carneiro (1985, p. 234) afirma que é "a capacidade do sistema em impedir a recuperação dos documentos não relevantes", o que acaba não acontecendo na revocação.

Há que se atentar ainda para a forma de atribuição dos termos. Na indexação derivativa as próprias palavras descritas no texto são designadas para fazer a represen-

tação de seu conteúdo. Já na indexação por atribuição os termos habitualmente são representados por vocabulário controlado (CRUZ, 2011).

Quanto à linguagem de indexação, pode ser natural ou controlada. A primeira é constituída por símbolos reconhecidos pelo homem e a segunda é artificial, sendo elaborada de acordo com regras estabelecidas previamente (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012).

Também há uma dimensão relacionada à forma manual ou automática de indexação. Na primeira tipologia, cabe ao indexador fazer esse processo e, na segunda, esse papel é de softwares computacionais, mediante extração de termos (BRUZINGA; MACULAN; LIMA, 2007).

No caso do nível de combinação dos termos, pode-se incorrer na indexação pré ou pós-coordenada. Na indexação pré-coordenada “os assuntos são tratados como uma unidade, isto é, são representados por um conjunto de termos já combinados” (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012, p. 127). Na indexação pós-coordenada a combinação acontece na ocasião da busca, não havendo ordem de importância pré-estabelecida entre os termos.

Por fim, a indexação em nível colaborativo – um outro elemento crucial a ser determinado na política – evidencia a possibilidade de atribuição de termos pelo usuário comum. Permite a interação deste com profissionais e sistemas (LAU; MARQUES, 2018).

2.2 O ensino de indexação em Biblioteconomia

A formação biblioteconômica brasileira é viabilizada mediante ensino formal universitário, ofertado nas graduações em Biblioteconomia. O eixo técnico de formação integra disciplinas desafiadoras, como a própria indexação.

Deve-se ter em mente que “diversas questões permeiam a Indexação como área de estudo e atividade profissional” (DAL’EVEDOVE; FUJITA, 2017, não paginado). Desafiadora se torna, então, a atividade de ensino em seu seio. Como observa Fujita (2010, p. 92):

O ensino de indexação, em sala de aula, não tem condições de reproduzir o contexto de um sistema de recuperação da informação para que os alunos o vivenciem e possam transportar, para a prática de indexação de documentos, o conhecimento sobre as necessidades de busca e recuperação.

Para além dos desafios locais, conforme destacam Barcellos e Carvalho (2018, p. 125) a universidade precisa “romper com os métodos tradicionais de ensino onde o professor é o principal transmissor do conhecimento para adotar práticas pedagógicas inovadoras”. Há que se reduzir também a incerteza do discente e permitir sua autonomia (SILVA; ALAUZO, 2019).

Não obstante, discutir a formação acadêmica em Biblioteconomia, é um caminho para se alcançar esse patamar. Sobretudo descortinando experiências, considerando que são elas que moldam a identidade profissional (SILVA; ALAUZO, 2019).

Explorar o eixo formativo é importante especialmente em disciplinas dinâmicas como a indexação, em que:

As diferentes visões teóricas, aliada à natureza subjetiva que envolve a representação documental, tornam o seu ensino mais desafiador. Somado a isso, o resultado da indexação está condicionado ao conhecimento geral e especializado do profissional, além de suas experiências e habilidades técnicas. (DAL'EVEDOVE; FUJITA, 2017, não paginado)

Hillesheim e Fachin (2016, p. 628) reiteram que “professores que ministram o conteúdo de tratamento da informação precisam inserir os recursos de rede e de tecnologia de ponta em suas disciplinas”. Assim, observa-se que:

Diante do crescimento das áreas de atuação do profissional bibliotecário e do avanço da tecnologia, alguns cursos da área vêm fazendo alterações em seus currículos na tentativa de melhor conciliar a teoria e prática com o objetivo de ofertar para o mercado profissionais habilitados para exercer a profissão. (BARCELLOS; CARVALHO, 2018, p. 124)

Vale ressaltar também que, no caso do tratamento temático, é determinante:

o trabalho do bibliotecário pautado na sua experiência, que deve ser edificado desde a sua formação. Essa questão perpassa o ensino das disciplinas que compõem o universo do tratamento temático da informação que muitas vezes acaba se voltando para a teoria, pois nem sempre há condições ou cooperação com bibliotecas para o desenvolvimento das práticas. (BRAZ; CARVALHO, 2017, p. 2406)

Em alguma medida tal interação precisa ser buscada. Afinal, o curso formal universitário em Biblioteconomia tem muito a absorver do mercado e vice-versa. Outro ponto a ser potencializado é representado pelas atividades práticas em disciplinas técnicas como a indexação, além do suporte de ferramentas desse universo.

2.3 Política de indexação na disciplina de Indexação e Resumos

A política de indexação é um dos instrumentos de apoio à indexação. Guimarães (2000, p. 52, tradução nossa) ressalta que ela “se encontra diretamente ligada a

questões tais como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais”.

Desse modo, é fundamental que a política seja abordada no ensino de Biblioteconomia, especificamente na disciplina de indexação, voltada ao tratamento temático da informação. Até porque será determinante na preparação do futuro profissional.

Nesse preparo, um vínculo com o cenário profissional pode, em certa medida, propiciar ao discente enxergar parte de seu papel em bibliotecas. E em uma dimensão essencial que é a do tratamento informacional. Braz e Carvalho (2017, p. 2401) falam em termos de “demonstrar a importância de promover a relação ensino-aprendizagem de disciplinas relacionadas ao tratamento temático da informação, contribuindo com os serviços de informação em bibliotecas”.

Nesse sentido, o alinhamento do ensino com a prática biblioteconômica é uma via de contribuição para as próprias unidades de informação. Parcerias e projetos atrelando-as ao curso de Biblioteconomia agregam à formação discente e também enriquecem suas ações. Quando isso não é possível, é preciso buscar meios para que a ação prática profissional seja evidenciada, ainda que durante as aulas teóricas. Inclusive porque:

O processo formativo desses profissionais exige como prerrogativa, a existência de um espaço legalmente instituído e reconhecido para a construção de práticas educativas a partir de legislações, docentes capacitados, instrumentos legais e os próprios discentes. (SILVA; ALAUZO, 2019, p. 2)

Durante a disciplina de Indexação e Resumos, ministrada em 2018 no curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, um alinhamento pontual entre teoria e prática foi estabelecido. Instituiu-se junto à referida disciplina, atividade prática de construção de política de indexação para uma unidade de informação – à escolha do discente.

A atividade prática foi apoiada por conteúdo teórico em política de indexação – ministrado pela docente responsável – visando orientar sobre sua conceituação, estrutura e ainda, acerca do planejamento necessário à sua concepção. A disciplina, contudo, não iniciou por esse conteúdo.

A disciplina de Indexação e Resumos teve início, como de costume, pelos aspectos concernentes ao processo de indexação. Abordados os elementos necessários à sua compreensão, passou-se ao conteúdo referente à política de indexação propriamente dita que foi, então, intercalado com a atividade prática. Ao final da disciplina, passou-se como de praxe à abordagem sobre resumos.

Considerando a carga horária da disciplina, que é de 64h, um cuidadoso planejamento precisou ser estabelecido para promover o enlace teórico-prático em política de indexação. Logo, atrelado à teoria no tema teve início o trabalho discente de planejamento e constituição da política de indexação, orientado por um roteiro de atividades composto pela docente responsável. Para tanto, individualmente cada aluno selecionou um tipo de unidade de informação.

A isso se seguiu um trabalho de prospecção para reconhecimento da unidade escolhida, assim como das características de seu acervo e do público atendido. Priorizou-se, portanto, o estabelecido por Carneiro (1985), segundo a qual organização, usuários e recursos devem ser observados. Afinal, determinar políticas de indexação para uma unidade de informação significa considerar diferentes contextos como a realidade em que o usuário está inserido, à instituição de forma geral, etc.

De posse dessas informações, o passo seguinte foi reunir e organizar o conjunto de informações obtido para, enfim, orientar a construção da política de indexação. A estruturação pelos discentes ocorreu individual e paulatinamente, em sala de aula, após cada ciclo de aula expositiva sobre o tema.

2.4A prática de construção da política de indexação

Diante da diversidade de políticas construídas na disciplina, estabelece-se aqui a descrição sobre a política de indexação escolar. A prioridade sobre esse universo reflete a necessidade de discuti-lo mais a fundo, até mesmo por conta do inexpressivo número de estudos teóricos dedicados a esse fim.

Assim sendo, a organização do conhecimento precisa se pautar não apenas por estudos sobre espaços de maior expressividade na literatura biblioteconômica, como é o caso das bibliotecas públicas e universitárias. A biblioteca escolar e, pontualmente, o tratamento informacional nela estabelecido, deve ser explorado, discutido e demonstrado. Do mesmo modo que ações que visam esse universo.

Descreve-se aqui, a política de indexação (vide Figura 1) construída para a Biblioteca Seccional do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG). Trata-se de uma biblioteca escolar denominada Biblioteca Seccional CEPAE Prof. Geraldo Faria Campos (BSCEPAE).

A Biblioteca atende desde o ensino infantil ao ensino médio, além de contemplar docentes, funcionários da unidade e toda a comunidade oriunda da mesma. É

administrada pelo Sistema de Bibliotecas da UFG (SIBI-UFG), que utiliza o software de gerenciamento de bibliotecas SOPHIA.

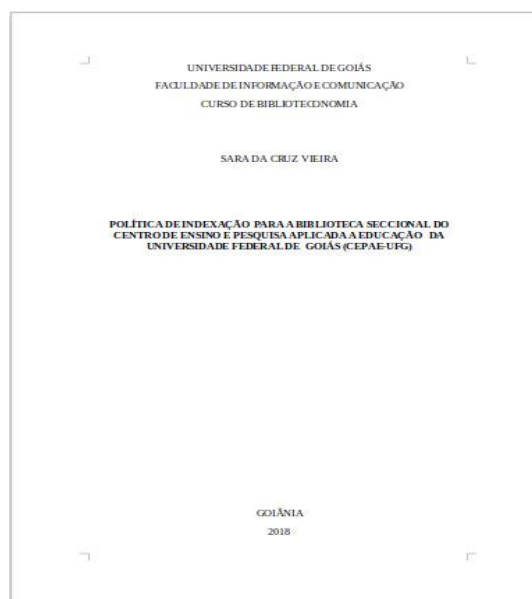


Figura 1 - Capa da política de indexação.

Como demonstra a figura acima, a política se orientou para uma unidade de informação escolar vinculada à UFG. Foi constituída na forma de um manual de indexação e, portanto, como um conjunto de instruções à mesma (BARITÉ, 2015), em conformidade com os elementos estabelecidos no roteiro de atividades da disciplina de Indexação e Resumos. A política considerou essencialmente a característica da Biblioteca do CEPAE, que é uma instituição descrita como espaço pedagógico destinado a educação e desenvolvimento da comunidade escolar de modo complementar à sala de aula.

O início dos trabalhos teve por base o reconhecimento e caracterização da Biblioteca Seccional do CEPAE/UFG, como exposto acima. Posteriormente, identificou-se o público-alvo da biblioteca – já mencionado – que engloba discentes, docentes da instituição e a comunidade oriunda da mesma. Em seguida, focou-se na composição do acervo, formado por livros didáticos das disciplinas bem como obras da literatura infanto-juvenil, multimídia educativa, gibis, entre outros.

Após caracterizar unidade, público e acervo, o trabalho se pautou na política em si (vide figura 2) e na definição de seus elementos. Determinou-se: o grau de exaustividade e de especificidade; a capacidade de revocação ou precisão do sistema; a for-

ma de atribuição dos termos; a linguagem; o tipo de indexação; e, o nível de combinação dos termos.

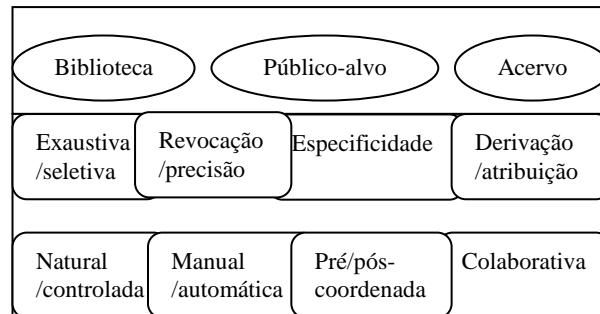


Figura 2 – Elementos do planejamento e estruturação da política para o CEPAE/UFG.

No que concerne ao nível de exaustividade da indexação, foi escolhido o padrão seletivo, pois neste nível os descritores são selecionados de forma direcionada, utilizando-se poucos termos e buscando ter mais objetividade no momento da busca. Assim, por se tratar de uma unidade escolar e a busca ser feita muitas vezes por alunos, a opção por um padrão seletivo visa facilitar a pesquisa dos mesmos, fazendo com que ela se torne mais objetiva e os usuários em questão recuperem termos de forma limitada e precisa, de modo rápido e fácil.

Logo após definiu-se o nível de especificidade dos termos utilizados. Considerou-se o fato de se tratar de uma biblioteca escolar e seu atendimento ser voltado para um público singular. Por isso, optou-se por utilizar apenas termos específicos visando novamente conseguir mais objetividade no momento de recuperação da informação, levando em conta a intensidade de cada termo e o fato de se tratar de um acervo mais específico para esse público.

Em conformidade com Gil Leiva e Fujita (2012), para aplicar os níveis de exaustividade e especificidade é necessário que o indexador compreenda e tenha domínio do contexto para o qual está se construindo a política de indexação, se pautando nos seus objetivos de recuperação. Foi justamente pensando em tal conjuntura que se decidiu pautar a política de indexação por esses pontos, priorizando termos seletivos e específicos capazes de atender às necessidades dos usuários da unidade de informação escolhida de forma mais rápida e efetiva.

Após tratar da exaustividade e da especificidade determinou-se a capacidade de revocação e precisão do sistema, em que preferiu-se aderir à precisão. Como menci-

onado anteriormente, a indexação para a biblioteca em questão é seletiva e de alta especificidade, na filtragem dos termos. Evitará assim a recuperação de termos redundantes, distanciando-se da revocação que recupera uma grande quantidade de termos que podem não ter relação com a busca feita pelo usuário de uma biblioteca escolar.

Com relação à forma de atribuição dos termos na Biblioteca Escolar do CEPAE/UFG, optou-se por fazer a combinação entre indexação atributiva e derivativa. Na primeira forma a indexação é feita por atribuição a partir de termos selecionados pelo indexador que não estão necessariamente no documento. E na segunda, a partir da extração de termos contidos no próprio documento que está sendo indexado. Foi escolhida essa combinação devido ao fato de a unidade de informação escolhida lidar com usuários em diferentes fases. É importante considerar esse fato, pois alguns têm capacidade de recuperar informações somente a partir de termos retirados do próprio documento e outros, conseguem buscar informação por meio de termos que não estão contidos no documento e refletem o olhar do bibliotecário. Há que se ressaltar também que, tanto termos utilizados pelo autor, quanto atribuídos pelo indexador, farão parte do escopo representativo do assunto.

No que diz respeito à linguagem de indexação optou-se pela natural, pois esta lida com a linguagem comum dos usuários. Neste tipo de linguagem são empregados termos facilmente identificados pelos usuários, que já a utilizam como linguagem comum presente no discurso do cotidiano.

O tipo de indexação escolhida foi a manual, realizada pelo próprio indexador humano, que utilizará todo o suporte necessário para a construção da indexação. Utilizando a forma manual o indexador tem a autonomia para utilizar as indexações derivativas e atributivas, ou seja, extraíndo e atribuindo termos que melhor se encaixem na representação de determinado documento. Foi escolhida a indexação manual para criar mais possibilidades para o indexador e também pelo fato de o acervo trabalhado ser físico e não digital, o que exigiria enormes investimentos em digitalização para posterior automatização da atividade.

O nível de combinação dos termos adotado para essa política foi o de pós-coordenação. Este é caracterizado por ter termos combinados no momento a busca e, dessa forma, todos serem considerados como ponto de acesso. Preferiu-se empregar o nível pós-coordenado devido ao fato de gerar uma indexação mais flexível considerando todos os termos buscados no momento de recuperar a informação, tornando esse processo mais fácil para o usuário. E, além disso, o emprego do nível pós-

coordenado é plausível porque na unidade é utilizado software automatizado para busca e não ficha manual de catalogação.

Por fim, determinou-se que a indexação empregada na unidade não será colaborativa, pois essa é caracterizada por permitir a participação do usuário no ordenamento das informações. Desse modo, preferiu-se não prever sua adoção para diminuir o nível de utilização de termos desnecessários ou muito amplos. Excluiu-se a possibilidade de utilizar a indexação colaborativa também pelo fato de querer evitar o excesso de revocação no momento de recuperar informações, e, além disso, buscar facilitar o trabalho do indexador da unidade que muitas vezes não dispõe de tempo suficiente para fazer a análise dos termos utilizados na indexação colaborativa, em razão de inúmeras outras atividades sob sua responsabilidade.

3. CONCLUSÃO

A pesquisa buscou correlacionar a dinâmica de planejamento e constituição da política, voltada a uma biblioteca escolar, à formação biblioteconômica em Indexação e Resumos. Percebeu-se uma conexão importante entre essas vias no caso estudado, na medida em que o arsenal teórico relativo aos elementos da política foi trabalhado e colocado em prática.

Em conformidade com o pressuposto central estabelecido, a dimensão formativa em indexação pode ser aperfeiçoada, como realmente se espera. A inserção de uma atividade prática atrelada ao conteúdo teórico ministrado, abre a possibilidade para que esclarecimentos sejam feitos pelo discente no momento da construção do trabalho. Representa também a oportunidade de melhor assimilação da teoria, na medida em que a ação aplicada se desenvolve em consonância com a primeira.

Conclui-se, com a construção dessa política, que é valoroso sempre considerar as características da unidade de informação para elaborar uma política de indexação que seja condizente com a sua realidade, se adaptando da melhor forma às necessidades dos usuários que utilizarão os produtos fruto da indexação de assunto. Além de se compreender o quanto é relevante utilizar as práticas presentes na indexação para a organização das informações.

REFERÊNCIAS

ANÍZIO, Jamilly de Lima Alcântara; NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima. Avaliação do processo de indexação na Biblioteca da Assessoria Jurídica do Banco do Brasil. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 122-133, 2012.

BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CARLAN, Eliana. O escopo da análise da informação. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 61-80.

BARACHO, Renata Maria Abrantes; CENDÓN, Beatriz Valadares. Esquema de classificação para recuperação de informação em projetos de engenharia. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (Orgs.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. p. 105-119.

BARCELLOS, Barbara França; CARVALHO, Telma de. Metodologias ativas de ensino aprendizagem na formação de bibliotecários: uma necessidade emergente. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, São Cristóvão/SE, v. 1, n. 2, ed. especial, p. 123-130, maio/ago. 2018.

BARITÉ, Mario. **Diccionario de organización del conocimiento**: clasificación, indización, terminología. 6. ed. corr. aum. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: <www.universidad.edu.uy/renderResource/index/resourceId/45887/siteId/3>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRAZ, Márcia Ivo; CARVALHO, Evanise Souza de. Práticas em tratamento temático da informação: interfaces de ensino e aprendizagem. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. CBBDD 2017.

BRUZINGA, Graciane Silva; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Indexação automática e semântica: estudo da análise do conteúdo de teses e dissertações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. **Anais...** Salvador: PPGCI/UFBA, 2007.

CAFÉ, Lígia Maria Arruda; SALES, Rodrigo de. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa. **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 115-129.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221, set. 1985.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CRUZ, Robson Soares. **Desenvolvimento de uma política de indexação para o Observatório de Gestão da Informação**. 34 f. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Formação do bibliotecário indexador no Brasil: análise dos aspectos temáticos em planos de ensino. In: ENREDO – ENCONTRO DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL, 1., 2017. **Anais...** São Carlos: Universidade de São Carlos, 2017.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura do indexador: estudo de observação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 1999.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O contexto profissional do indexador no ensino de indexação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 91-104, 2010.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias – um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-42.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016.

GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento en las organizaciones. *Scire*, v. 6, n. 2, p. 49-58, jul./dic. 2000.
GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Tradução de Míriam Vieira da Cunha. 2. ed. corr. aum. Brasília: IBICT, 1994.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Prática de tratamento da informação: relato de experiência docente. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 627-638, ago./nov. 2016.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LAU, Luciana Ferreira; MARQUES, Luana Farias Sales. Indexação colaborativa de acervo de imagens em acesso aberto: a experiência do IBGE. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 270-284, 2018.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lillian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-47.

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça. **Indexação por assuntos: princípios gerais e normas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&t&b, 2002.

NUNES, Cláudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004.

OLIVEIRA, Lais Pereira de. Política de indexação: concepções acerca do conceito e percepções em torno de sua elaboração. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 2, p. 39-58, maio/ago. 2017.

OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques; VIEIRA, Ana Paula da Fonseca. A política de indexação nas produções científicas brasileiras em Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 4-25, maio/ago. 2018.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; FELIPE, Carla Beatriz Marques. A formação dos(as) bibliotecários(as) frente às novas possibilidades de representação da informação: análise das propostas pedagógicas dos cursos de Biblioteconomia do Norte e do Nordeste do Brasil. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, São Cristóvão/SE, v. 1, n. 2, Ed. especial, p. 26-33, maio/ago. 2018.

SILVA, Kamilla Pereira; ALAUZO, Jorge Luiz Cativo. Empoderamento no processo formativo da Biblioteconomia: utopia tecnicista ou realidade possível? **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1-20, jul. 2019.

SOUSA, Brisa Pozzi de. Representação temática da informação e sua contextualização em biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 132-146, jul./dez. 2013.

SOUZA, Fernanda Possenti de; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. Tratamento da informação e o uso das tecnologias da informação e comunicação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 81-96, 2014.

TARTAROTTI, R. C. D. E.; DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. Elaboração de tesauro conceitual de política de indexação para bibliotecas universitárias. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015.

